

ATA DA REUNIÃO Nº 15 DO CONSELHO CONSULTIVO

DATA: 25 de agosto de 2011

HORÁRIO: 10h

LOCAL: Sala de Reuniões do 3º andar do prédio da ANAC no Rio de Janeiro (RJ) - Av. Presidente Vargas, 850

PARTICIPANTES

- Marcelo Pacheco dos Guarany's - Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – **ANAC** e Presidente do Conselho Consultivo;
- Claudio Passos Simão - Diretor da **ANAC**;
- Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino - Diretor da **ANAC**;
- Lígia Maria Rocha e Benevides - Chefe da Assessoria Técnica da **ANAC** e Secretária-Executiva do Conselho Consultivo;
- Ricardo Nogueira - Associação Brasileira de Aviação Geral – **ABAG**;
- Carlos Alberto Amorim Ferreira – Associação Brasileira de Agências de Viagem – **ABAV**;
- Brig. Mauro Gandra - Associação Nacional de Concessionárias de Aeroportos Brasileiros – **ANCAB**, também representando a Associação Brasileira das Entidades de Comissarias Aéreas – **ABECA**;
- Décio Corrêa - Associação Brasileira de Entidades de Formação Aeronáutica – **ABEFAER**;
- Apostole Lazaro Chryssafidis – Associação Brasileira de Transporte Aéreo Regional – **ABETAR**;
- Major Brig. Hermano Paes Vianna - Associação dos Fabricantes de Aeronaves Leves – **ABRAFAL**;
- Walter Bartels - Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil – **AIAB**;
- José Ronaldo da Luz - Associação Nacional de Manutenção Aeronáutica – **ANMAER**;
- Antônio Cláudio Magnavita Castro - Associação Nacional Beneficente e Assistencial dos Passageiros e Usuários de Transportes Individuais, Coletivos Terrestres, Aéreos e Marítimos – **ANPASS**;
- George William César de Araripe Sucupira - Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves – **APPA**;

- Flávio Oliva - Comissão de Aerodesporto Brasileira – **CAB**;
- Nelson Riet – Conselho Consultivo em Ciências Aeronáuticas – **CCCA**;
- Brig. do Ar Luiz Cláudio Ribeiro da Silva - Departamento de Controle do Espaço Aéreo – **DECEA**;
- Ten. Cel. Av. José Vagner Vital - Gabinete do Comando da Aeronáutica – **COMAER**;
- Alan Pereira - Confederação Nacional dos Usuários de Transportes Coletivos Rodoviário, Ferroviário, Hidroviário e Aéreo – **CONUT**;
- João Márcio Jordão – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – **INFRAERO**;
- Robson Bertolossi – Junta de Representantes das Companhias Aéreas Internacionais do Brasil – **JURCAIB**;
- Francisco Luiz Xavier de Lemos – Sindicato Nacional dos Aeroportuários – **SINA**;
- Nelson Paim - Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola – **SINDAG**;
- Pedro Azambuja – Sindicato Nacional das Empresas de Administração Aeroportuária – **SINEAA**;
- Jorge Barouke - Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo – **SINEATA**;
- Sérgio Dias - Sindicato Nacional dos Aeronautas – **SNA**;
- Paulo de Tarso Gonçalves Júnior - Sindicato Nacional dos Aeroviários – **SNAeroviários**;
- Norberto M. Jochmann - Sindicato Nacional das Empresas Aéreas – **SNEA**; e
- Fernando Alberto dos Santos - Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo – **SNETA**.

PAUTA

ANAC

- (1) Abertura dos trabalhos.

ANAC

- (2) II Relatório Semestral de Atividades da Ouvidoria/2010.

SNAeroviários

- (3) Segurança dos técnicos MMA (mecânico de manutenção aeronáutica) no desempenho do seu trabalho – apresentação de vídeo.

SNAeroviários

- (4) A função do DOV (despachante operacional de voo) na aviação brasileira em nossos dias.

Câmara Técnica de Infraestrutura Aeroportuária

(5) Informações sobre o andamento dos trabalhos.

ANAC

(6) Assuntos gerais.

ANAC

(7) Encerramento.

(1) A sessão foi aberta às dez horas e vinte minutos. Após saudar os presentes, o Presidente do Conselho Consultivo traçou um panorama do seu primeiro mês e meio no comando da Agência, e informou que teria que se ausentar da sessão um pouco antes de seu término, uma vez que deveria, convocado que fora pelo Sr. Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC, participar de uma reunião às 15 horas em Brasília.

(2) Após a abertura dos trabalhos, o Presidente do Conselho passou ao segundo item da pauta, indagando se os Conselheiros haviam ali recebido o relatório semestral das atividades da Ouvidoria da ANAC. Convidou-os a apresentar seus comentários a respeito do referido documento e ressaltou ser objetivo da Agência fortalecer a Ouvidoria como mecanismo de recepção das demandas externas e daquelas oriundas dos próprios servidores da ANAC.

(3) Passou-se, em seguida, à abordagem do terceiro ponto da pauta. O representante do SNAeroviários iniciou sua participação exibindo um vídeo a respeito da “segurança dos técnicos MMA no desempenho do seu trabalho”, não sem antes ressaltar que a melhor designação para o ponto pautado seria “A insegurança da aviação por falta de mecânicos nas empresas internacionais que aqui operam”.

O vídeo mostrava a operação, no Aeroporto de Confins, de uma aeronave de uma companhia aérea estrangeira que se deslocava entre posições do aeródromo sem que houvesse o acompanhamento da operação por um mecânico, à semelhança do que ocorrera por ocasião do acidente com uma aeronave Fokker 100 em Congonhas, no passado. O representante salientou que, nas duas ocasiões, havia apenas um vigia na cabine de comando e um auxiliar de rampa acompanhando o deslocamento da aeronave. No episódio envolvendo o Fokker 100, segundo o representante, a presença de um mecânico na cabine tornaria possível a correta frenagem da aeronave e evitaria a ocorrência do acidente.

O representante seguiu exemplificando os riscos da falta de um mecânico acompanhando a tratoragem da aeronave de dentro da cabine, aduzindo que as empresas internacionais permitem essa ausência nas operações em território nacional, mas, de forma contraditória, providenciam a presença do mecânico quando operam no exterior.

Citou, ainda, casos de operação de uma companhia aérea nacional nos aeroportos de Vitória da Conquista, Alta Floresta e Palmas nas quais o tripulante descia da aeronave e procedia a seu

abastecimento. Cobrando mais fiscalização, propôs também fosse exigida das empresas a formação de mais mecânicos de voo.

O representante da APPA ressaltou a importância do Sistema de Gerenciamento da Segurança Operacional (SGSO) e enfatizou a necessidade de que a pessoa que opera um avião de transporte de passageiros seja uma pessoa técnica e preparada. Segundo ele, mesmo a limpeza da cabine deveria ser realizada com a presença de um profissional preparado para operar a aeronave.

O Presidente do Conselho pediu que as informações de irregularidades obtidas pelo Sindicato fossem encaminhadas à Superintendência de Segurança Operacional da ANAC, para adoção das providências cabíveis.

O Diretor Carlos Eduardo Pellegrino, por sua vez, asseverou ser usual pilotos receberem instruções que os habilitavam a fazer o abastecimento e a inspeção externa da aeronave, mas assentou que, para isso, deveria haver previsão no plano de treinamento e no plano de manutenção de cada empresa. Afirmou que, não sendo esse o caso, haveria autuação das empresas envolvidas e correção do problema. O Diretor solicitou, por fim, fosse formalizado o encaminhamento da denúncia, para o devido tratamento.

Em resposta, o representante do SNAeroviários acrescentou ter ciência da possibilidade de o tripulante realizar o procedimento de pré-voo, mas sua manifestação visava a combater as situações em que efetiva a necessidade de manutenção em decorrência de alguma pane, o que caberia a um mecânico sanar. Citou, também, duas situações que lhe preocupavam: o número reduzido de mecânicos para atender a muitos voos e uma lacuna na legislação, que estaria permitindo que as empresas utilizassem um mesmo mecânico para realizar a manutenção de aeronaves de diferentes tipos. Sobre esse último ponto, pediu a abertura de uma câmara técnica.

Com a palavra, o Diretor Cláudio Passos Simão assinalou ser função de uma câmara técnica tratar de macro políticas, motivo por que a discussão sugerida deveria, primeiramente, passar pelas áreas técnicas da Agência. O Diretor Presidente da ANAC, por seu turno, sinalizou no mesmo sentido.

Após alguns debates, o representante da CAB pediu à Presidência do Conselho que viesse a limitar o tempo concedido a cada Conselheiro, e que a reunião fosse conduzida de forma a se restringir a abordagem de questões muito pontuais que estivessem em desacordo com os escopos previstos no Regimento Interno do Conselho.

(4) Tratando do quarto item da pauta, o representante do Sindicato Nacional dos Aeroviários, prestando contas ao Conselho, mencionou que a Câmara Técnica para Formação de Mão de Obra Especializada para o Setor Aéreo estava pleno funcionamento e que seria marcado um seminário para discutir a regulamentação de profissões, tais como despachante operacional, despachante de voo etc.

Sobre o tema, o Diretor Pellegrino noticiou que a proposta do RBAC 61 estava sendo devolvida, após uma revisão à luz de mais de dois mil comentários. Asseverou, ademais, que a proposta do RBAC 65, que trata dos despachantes operacionais de voo e mecânicos de manutenção aeronáutica,

seria, em breve, submetida à audiência pública. Dessa forma, segundo o Diretor, encerrar-se-ia o ciclo de revisão da regulamentação atinente a todos os aeronautas e aeroviários cuja licença é emitida pela ANAC, seguindo o estabelecido pela OACI.

(5) Passando ao assunto seguinte, o representante lembrou que os comitês criados no âmbito da câmara técnica de infraestrutura aeroportuária para tratar das Resoluções ANAC n^{os} 113, 115 e 116 já haviam encerrado suas discussões e que os respectivos relatórios já haviam sido aprovados pelo Conselho e encaminhados à Diretoria da ANAC. Solicitou que a Agência procedesse ao estabelecimento de solução quanto a tais Resoluções, considerando os prejuízos causados à empresa por tais indefinições.

O representante do SINEAA, em aparte, teceu considerações acerca do Conselho Consultivo, ressaltando a importância de sua participação na discussão de políticas do setor. Citou a existência de assuntos da maior importância que mereceriam ser tratados com mais vagar, como a revisão do CBA. Acrescentando que, mesmo em assuntos de grande magnitude, como é o caso da câmara técnica, não houvera uma evolução satisfatória, manifestou sua opinião de que o Regimento do Conselho comportaria uma revisão.

O Presidente ressaltou o tratamento que as principais questões envolvendo a aviação vinham recebendo da SAC, a qual, aos poucos se estruturando, vinha trabalhando com muita intensidade e de forma conjunta com a ANAC. Salientou que o Ministro Chefe da SAC vinha se mostrando muito sensível a tais questões. Sobre a revisão do CBA, o Presidente, revelando-se a par da discussão em tramitação no Congresso, mostrou-se mais favorável, pela facilidade de execução, à implementação de alterações pontuais contrariamente a uma grande revisão, dado que tal sorte de reformulação, a seu ver, tenderia a demorar demasiadamente.

No que tange às Resoluções ANAC n^{os} 113, 115 e 116, por outro lado, realçou que a Diretoria da ANAC vinha trabalhando para que todos os assuntos evoluíssem satisfatoriamente. Asseverou estar aguardando, do Diretor Rubens, panorama a respeito dos aeroportos em situação mais delicada no que dizia respeito ao SESCINC, comprometendo-se, por fim, a dar o devido andamento aos relatórios, de molde a prover uma resposta formal às questões suscitadas.

Com a palavra, o Representante da ABAG esclareceu que, após a entrega dos relatórios dos comitês técnicos, foram emitidas, pela ANAC, minutas de notas técnicas relativas às Resoluções n^{os} 113 e 116, as quais haviam recebido críticas por parte da câmara técnica, sendo esse, então, o estágio dos trabalhos no momento.

Indicado para, em nome da câmara técnica, fazer uma exposição acerca da situação dos trabalhos relativos à Resolução n^o 115, o Brigadeiro Allemander iniciou esclarecendo que a câmara houvera cogitado tratar a situação de cerca de vinte aeroportos de forma individualizada junto às áreas técnicas. Afirmou que, além desse quantitativo, havia diversos outros aeroportos que possuíam o SESCINC em condições precárias, totalizando, assim, cerca de setenta localidades que não poderiam mais receber voos, em virtude de desatenderem as exigências da Resolução em comento. Assentou que o Ministro concedera prazo até o dia 22 ou 23 de agosto para que as empresas aéreas

cancelassem seus voos para tais localidades. Por fim, ressaltou a existência de localidades que poderiam vir a despertar o interesse das empresas aéreas para operação, mas que, da mesma forma, não estavam cumprindo com as normas de segurança exigidas no normativo, lamentando tal fato como empecilho ao desenvolvimento da aviação.

Manifestou-se, em seguida, o representante do SINEAA, aduzindo que houvera participado de reuniões com o Ministro Wagner Bittencourt e com os secretários e diretores da SAC, em que se travaram discussões com base no relatório elaborado pelo Brigadeiro Alemmander. Ressaltou serem as soluções caso a caso muito onerosas, tanto para as empresas aéreas quanto para a ANAC, e que houvera sido pedido ao Ministro que concedesse isenção (*wavier*) para os aeroportos classe 1, até mesmo por se considerar muito remota a probabilidade de ocorrência de acidente.

O representante do SINEAA reforçou que muitos municípios pequenos sequer têm recursos para ter bombeiro na cidade, de forma que não faria sentido se exigir que houvesse no aeródromo. Mencionou, por fim, estar em curso no Ministério do Trabalho discussão sobre a regulamentação da profissão de bombeiro de aeródromo.

Com a palavra, o representante da ABAG informou que a câmara técnica entendera por bem instalar mais um comitê, para tratar da capacidade aeroportuária. Na sequência, mencionou que, no bojo das discussões sobre a Resolução ANAC nº 116, surgira a idéia de ser recriada a Comissão de Coordenação e Estudos da Carga Aérea (COMCARGA), que tratava do fluxo de cargas e que cumpria um papel muito importante no âmbito do antigo DAC, envolvendo, inclusive, a Receita Federal.

O representante da JURCAIB, por sua vez, referindo-se à recém criada Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO), aduziu que o trabalho dessa não invalidaria o da câmara técnica. Por sua vez, o Presidente registrou que a CONAERO poderia igualmente criar comitês técnicos, com a participação de entidades representadas no Conselho, ao que o representante da JURCAIB esclareceu ser essencial a participação das entidades envolvidas no fluxo de cargas, tais como a JURCAIB, o SNEA e o SINEATA.

O Presidente complementou que a criação da CONAERO visara o comprometimento de todos os órgãos com o aperfeiçoamento dos serviços prestados nos aeroportos via qualificação, padronização e coordenação das atividades próprias de cada um deles. Salientou a origem da Comissão a partir da concepção dos Centros de Gestão Aeroportuária (CGA), e que a intenção era a de que todas as entidades e órgãos envolvidos no processo de fluxo de cargas e passageiros estivessem alinhados, de forma a cumprirem harmonicamente as suas funções. Prosseguindo, acrescentou que o Secretário da Receita vinha participando das reuniões; que, no âmbito da ANAC, os representantes seriam ele mesmo e o Diretor Ricardo Bezerra, e, em cada Ministério, um dos representantes seria o secretário-executivo – ou seja, o vice-ministro – tratando-se, portanto, de alto nível de representação.

Com a palavra, o representante da ANPASS cumprimentou o Presidente pelo sucesso do leilão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante. O Presidente agradeceu e ressaltou tratar-se da criação de

modelos paralelos de investimento em infraestrutura, gerando concorrência e estimulando o desenvolvimento de novos mecanismos de gestão.

Em seguida, foi a vez de o representante da ABEFAER registrar seu protesto formal quanto ao fato de a Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, na véspera, ter deixado de convidar a ABEFAER e outras entidades legítimas representantes do setor para participarem das discussões promovidas acerca da formação de pilotos civis, tema que reputava ser tão ou mais grave que a questão da infraestrutura aeroportuária.

O Presidente esclareceu que a ANAC procurava prover sugestões e orientar o Congresso quanto a quem convidar e quanto à pauta de eventos da espécie, mas tratavam-se de definições que estavam fora do controle da Agência. Em seguida, retirou-se da sessão para que pudesse participar da reunião que ocorreria às 15h em Brasília, passando a condução dos trabalhos para o Diretor Cláudio Passos Simão.

(6) Dando início ao último ponto da pauta – Assuntos Gerais –, o Presidente Substituto passou a palavra ao primeiro inscrito.

O representante da ANPASS sugeriu que as reuniões fossem sempre iniciadas com a prestação de informações quanto ao andamento das pendências arroladas na reunião antecedente. Criticou os elevados preços dos produtos e serviços oferecidos nos aeroportos e parabenizou a ANAC pela iniciativa da realização do II Encontro de Despachantes Operacionais de Voo, em São Paulo, em razão da importância do papel desse profissional na aviação.

Acerca dos problemas pontuais do setor apresentados no Conselho, o Presidente Substituto ressaltou a relevância de se identificar quais seriam os níveis adequados de serviços a serem oferecidos pelas diversas empresas do setor, em vez de se apresentar questões específicas, já que o Conselho dificilmente conseguiria discutir matérias pontuais e técnicas de forma aprofundada. Reforçou ser a Agência uma autarquia à não incumbia elaborar políticas para o setor, mas, apenas, implementá-las, realçando o papel de estabelecê-las atribuído à recém-criada Secretaria de Aviação Civil.

O segundo inscrito, representante do SNA, assentou que o Sindicato discordava do posicionamento da Agência na Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (CLAC) quanto à defesa das oitava e nona liberdades e da abertura de céus. Afirmou ser o Sindicato igualmente contrário à possibilidade de se autorizar a contratação de pilotos estrangeiros para atuar no Brasil. Nesse ponto, o Conselheiro solicitou que a Agência divulgasse os dados de investimentos realizados na formação de pilotos brasileiros.

De outro vértice, o representante da mesma forma manifestou sua discordância em relação à redução do número de comissários a bordo de aeronaves, propugnando por uma reanálise da medida. Por fim, no que tange ao requisito de grau “quatro” na língua inglesa para a função de piloto, por exigência da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), o Conselheiro

ponderou que poder-se-ia buscar um meio de adequação a esse requisito sem maiores impactos no setor, a exemplo do que fora feito no Chile.

O Presidente Substituto repisou que os assuntos pontuais, relativos a questões técnicas, especialmente as já apreciadas pelos setores da ANAC, caso viessem a merecer nova análise, deveriam ser levados às áreas técnicas da Agência, para tratamento aprofundado.

O inscrito seguinte, representante do SINA, afirmou, de início, que o noticiado atraso no cronograma de obras da Infraero devia-se, além de outros fatores, ao abandono de obras por parte de diversas empreiteiras, que muito provavelmente, num momento seguinte, se apresentariam como potenciais parceiras privadas para a concessão da infraestrutura aeroportuária brasileira, apontando a necessidade de o governo estar atendo ao perfil dos interessados nas futuras concessões. Finalizando, destacou a existência de elevado quantitativo de mão-de-obra qualificada na Infraero, especialmente relacionada às atividades-fim da empresa, e manifestou sua preocupação quanto à destinação desses recursos humanos por ocasião da concessão da infraestrutura. Visando ao aproveitamento respectivo, com o escopo de evitar um aumento do passivo trabalhista da Infraero e, ainda, buscando garantir um nível mínimo de qualidade nos serviços prestados, sugeriu que as atividades-fim relacionadas à infraestrutura ficassem a cargo do parceiro público, e não do parceiro privado.

A seguir, o representante da APPA, retomando o tema da formação de pilotos, classificou de absurda a proposta de alteração do art. 158 do Código Brasileiro de Aeronáutica, no sentido de se permitir a contratação de pilotos estrangeiros para atuar no Brasil. Assentou que o piloto brasileiro é um dos mais mal remunerados do mundo, e, tendo isso em conta, destacou seu receio de que profissionais com menor qualificação fossem contratados pelas empresas buscando redução de custos e colocando em risco a segurança da aviação.

Asseverou vir a APPA trabalhando em conjunto com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FECOMERCIO) – dispostas a financiar cursos de pilotos e mecânicos para a aviação – com vistas a viabilizar a concessão de incentivos de natureza fiscal por parte do governo em contrapartida aos financiamentos da espécie. Por fim, referindo-se a comentário anteriormente feito pelo SINA, asseverou não ter havido redução do número de comissários a bordo de todas as aeronaves, mas apenas em relação a determinada aeronave da Embraer.

O Presidente Substituto, a seguir, esclareceu que as alterações dos números de comissários a bordo das aeronaves não houveram se baseado em qualquer projeto da Embraer, mas puramente em aspectos técnicos, no contexto do processo de revisão e adequação técnica das normas do setor.

Com a palavra, o representante da ANCAB propôs que o Regimento Interno do Conselho Consultivo da Agência fosse enviado a todos por e-mail, com o intuito de serem identificadas, com maior precisão, as funções do Conselho. Sugeriu que as matérias fossem encaminhadas, por escrito, após sua submissão às áreas técnicas, e que assuntos de interesse geral somente fossem apresentados se efetivamente inseridos na esfera de atribuição do Conselho Consultivo.

Passada a palavra ao representante da ABEFAER, esse asseverou que nenhum país do mundo houvera feito tamanho investimento em formação de profissionais de aviação como o Brasil: foram mais de 2.000 aviões doados para se formar pilotos e, em menos de quinze anos, criados mais de trezentos aeroclubes e escolas de aviação. Afirmando haver incontáveis recursos de formação aeronáutica, mas dispersos e não conhecidos, concluiu destacando a necessidade de se identificar, qualificar e quantificar esses recursos com vistas à aumentar e aperfeiçoar a formação profissional do setor de aviação civil.

Concedida a palavra ao representante do CCCA, esse, após se apresentar aos demais, por tratar-se de sua primeira participação no órgão, afirmou tratar-se a formação de profissionais para a aviação de assunto bastante sério, a requerer empenho daqueles que poderiam prover soluções para a questão.

O representante da APPA, em complementação à sua manifestação anterior, destacou ter a iniciativa privada grande importância no financiamento da formação de mão-de-obra para o setor, tendo em conta que 90% dos pilotos não completavam o curso por falta de recursos para arcar com os elevados custos da formação.

O último inscrito, o representante da ABRAFAL, tratando da contratação, mediante concurso, de novos servidores para a Agência, propugnou por que todos recebessem treinamento específico e adequado, tendo em conta a especialidade, a particularidade e a tecnicidade dos assuntos relacionados ao setor de aviação civil.

(12) Finalizando o encontro, o Presidente Substituto do Conselho sugeriu agendar para o dia 28 de novembro, segunda-feira, a data da reunião subsequente, nos mesmos local e hora, o que contou com a aprovação de todos.

Agradecendo a participação dos presentes, o Presidente Substituto encerrou a reunião às treze horas e vinte e cinco minutos.

Ata lavrada pela Secretária-Executiva do Conselho Consultivo, Lígia Maria Rocha e Benevides.